



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB

Contribuições do AEE no desenvolvimento escolar de três alunos NEE do ensino fundamental I, em uma escola municipal em Porto Nacional – TO.

Cursista: Francisca Hilderlene Gonçalves de Oliveira Macedo

Orientadora: Professora Dra. Norma Lucia Neris de Queiroz

Porto Nacional – TO, 28 de novembro de 2015.



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

Francisca Hilderlene Gonçalves de Oliveira Macedo

Contribuições do AEE no desenvolvimento escolar de três alunos NEE do ensino fundamental I, em uma escola municipal em Porto Nacional – TO.

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadora: Professora Dra Norma Lucia Neris de Queiroz

Porto Nacional – TO, 28 de novembro de 2015

TERMO DE APROVAÇÃO

Contribuições do AEE no desenvolvimento escolar de três alunos NEE do ensino fundamental I, em uma escola municipal em Porto Nacional – TO

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Professora Dra. Norma Lucia Neris de Queiroz (Orientadora)

Msc Stela Martins Tele (Examinadora)

Francisca Hilderlene Gonçalves de Oliveira Macedo (Cursista)

Porto Nacional – TO, 28 de novembro de 2015

DEDICATÓRIA

Dedico este Trabalho aos professores que acreditam e fazem o que os direitos desses alunos sejam cumpridos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por está presente na minha vida e dar força para concluir minha pesquisa e a todos que de alguma forma me ajudaram a concluir mais esta etapa da minha vida.

À minha família, por compreender a minha ausência para dedicar aos estudos.

A todos da Escola Municipal Dr. Euvaldo Tomaz de Souza que colaboram com a minha pesquisa e a minha amiga de estudos Greycy Lopes de Matos.

À Prof.^a. Mas. Norma Lúcia Nerez de Queiroz, minha orientadora, por incentivar e orientar na conclusão da pesquisa, a professora Bianca Regina de Lima Salomão e esteve comigo nos estudos orientando e inventivo a buscar soluções para que de fato a inclusão escolar aconteça e a professora Glaucia Conceição T. Gomes estava sempre presente tirando todas as minhas dúvidas e incentivado nos estudos. E a UNB que proporcionou este estudo.

RESUMO

Esta pesquisa teve por tema analisar as contribuições do AEE- Atendimento Educacional Especializado e como se constituiu o desenvolvimento escolar de três alunos com NEE da escola Dr. Euvaldo Tomaz de Souza no Município de Porto Nacional - TO, cujo objetivo geral foi analisar o atendimento especializado ofertado tanto no trabalho do ensino regular quanto na sala de recursos para favorecer a aprendizagem dos alunos. E como objetivos específicos: conhecer a legislação que rege a inclusão escolar; verificar se o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na escola atende às regulamentações legais; acompanhar o trabalho desenvolvido pela professora da sala de recursos; observar a frequência e o aproveitamento escolar dos alunos participantes da pesquisa; analisar a legislação e documentos orientadores que regem a inclusão escolar nacionais, estaduais e municipais para fundamentar a análise da proposta desenvolvida da escola; identificar a concepção de inclusão escolar das professoras e gestora participantes deste estudo; analisar o trabalho desenvolvido pelas professoras do ensino regular com os alunos com necessidades educacionais especiais; observar a frequência e o aproveitamento escolar dos alunos que recebem o Atendimento Educacional Especializado na Unidade Escolar. Optou-se pela abordagem de cunho qualitativo, utilizando como instrumentos: questionários com os profissionais da escola (gestora educacional, professores do ensino regular e sala de recursos, coordenadora que é também a pesquisadora), entrevistas semiestruturadas com a família e observações dos alunos com dificuldades de aprendizagem. A investigação mostrou que: a) os professores do ensino fundamental relataram que precisam receber mais apoio e orientação da professora da sala de recursos e a professora especialista reconheceu que precisa participar no planejamento dos professores do ensino regular para ter uma interação melhor, no aprendizado dos alunos. Conforme foi observado, houve pequenas mudanças no planejamento dos professores com a participação mais efetiva da professora da sala de recursos para que juntos pudessemos trocar informações assim poder contribuir na aprendizagem dos alunos. Pois acredita-se que a inclusão é um movimento amplo, levando em conta não apenas os alunos, mas considerando também às diferenças individuais, direitos e deveres de cada cidadão.

Palavras-Chave: Inclusão Escolar nos Anos Iniciais. Ensinar e aprender. Atendimento Educacional Especial.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	9
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1 A Teoria Interacionista e a Aprendizagem	12
2.2 Educação Inclusiva – (declaração de Salamanca, LDB 9394/96, diretrizes curriculares nacionais) PNE 2011-2020 legislação atual	13
2.3 Propostas Curriculares do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na escola e educação inclusiva.	15
3. OBJETIVO GERAL	20
3.1 Objetivos específicos	20
4. METODOLOGIA	21
4.2 Contexto da Pesquisa.....	22
4.3 Participantes	23
4.4 Materiais	25
4.5 Instrumentos de Construção de Dados	25
4.6 Procedimentos de Construção de Dados.....	26
4.7- Observações dos Atendimentos Realizados na Sala de Recurso	27
4.8 Relatos das mães dos alunos:	29
5. ANÁLISE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	31
5.1 Como os professores do 1º ao 5º Ano consideram o apoio recebido da sala de recurso?.....	31
5.2 Como professora da sala de recurso e a gestora educacional entendem a inclusão escolar?	32
5.3- O sentido da aprendizagem dos alunos que são atendidos na sala de recurso, construído na sala regular na voz dos professores do ensino regular.....	33
5.4-Em relação à participação dos professores 1º ao 5º e da professora da sala de recurso, na área da educação inclusiva, os professores apontaram o seguinte:	33
5.5 – Opinião dos professores regentes do 1º ao 5º ano sobre aplicação à avaliação dos alunos com necessidades educacionais especiais.	34
5.6 - Depoimento da profa Geovane, da sala de recurso, quanto participação no planejamento dos professores da sala regente. E como são estabelecidas as relações para discutirem sobre o aprendizado dos alunos com NEE, sobre responsabilidade de ambos.....	35
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38

APÊNDICES	39
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA O PROFESSOR REGENTE QUE TEM ALUNO ACOMPANHAMENTO DA SALA DE RECURSO.....	39
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AO PROFESSOR DA SALA DE RECURSOS.....	41
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO AO GESTOR.....	45
APÊNDICE D – FOTOS DO PROJETO.....	47

1. APRESENTAÇÃO

Atualmente, o tema da inclusão escolar vem sendo bastante debatido nos eventos educacionais, especialmente, no ambiente escolar, por se tratar de um tema importante e ao mesmo tempo complexo. Esses debates têm contribuído de forma relevante para ampliar a compreensão e o conhecimento dos profissionais de ensino para que os alunos com necessidades educacionais especiais continuem aprendendo e se desenvolvam como pessoa.

O objetivo da presente pesquisa é analisar o atendimento educacional especializado ofertado aos alunos com necessidades educacionais especiais e como vem acontecendo à inclusão educacional dos com necessidades especiais na sala regular em uma escola pública do município de Porto Nacional – TO.

A pesquisa foi desenvolvida com participação de nove professores do 1º ao 5º ano, do ensino fundamental, uma professora da sala de recurso, uma Gestora Educacional, Coordenadora Pedagógica e três alunos com DI (Deficiência Intelectual).

Observou-se que nas últimas décadas, há muitos avanços na efetivação da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular em todo o território nacional e também em nosso município de Porto Nacional, pois três escolas municipais que ofertam matrícula para anos iniciais do ensino fundamental recebem alunos com necessidades educacionais especiais e oferecem acompanhamento especializado em salas de recursos e possuem todo o material para um bom andamento das atividades.

Apesar de esses avanços, observou-se ainda que sejam necessárias melhorias significativas em relação à adequação do espaço físico e à atuação dos profissionais do ensino nessas escolas, especialmente, a dos professores das salas de recursos. Considerando que o professor das salas de recursos é aquele profissional que deve ter formação continuada para atender de forma mais específica às necessidades educacionais de cada um dos alunos, bem como identificar-se com os alunos que precisam desse acompanhamento. Isto é, este professor deve trabalhar com os alunos as especificidades que o professor da classe regular não consegue atender devido à natureza do trabalho coletivo em sala de aula e da diversidade do grupo de alunos.

A sala de recurso é um do serviço especializado fundamental para viabilizar a educação inclusiva, tendo em vista que um apoio importante aos alunos, aos professores e às famílias.

A inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola está assegurada na Lei LDB 9394/96 como alternativa, preferencialmente, na própria rede pública regular de ensino.

Na expectativa da educação inclusiva, a educação especial associada à proposta pedagógica da escola regular requerendo o atendimento às necessidades específicas dos alunos. E percebemos que a escola Municipal tem dado a devida importância, pois a sala de recurso está contemplado no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Instituição Escolar.

Outro aspecto que não podemos deixar de destacar aqui diz respeito à questão da legislação, ao número de alunos por turma, à regulamentação das equipes multiprofissionais, apesar do município não ter sua resolução, segue a resolução do Estado, Resolução estadual Nº 1 publicada em 14 de janeiro de 2010. Com o objetivo Garantir Atendimento Educacional Especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

A pesquisa foi produzida a partir das inquietações que dizem respeito à importância da sala de recursos no contexto escolar para a efetivação da inclusão escolar e a necessidade do cumprimento da legislação em oferecer uma educação de qualidade para todos os alunos, inclusive aqueles que têm necessidades educacionais especiais.

É essencial que o atendimento educacional especializado seja reconhecido e ao mesmo tempo seja visto como uma alternativa de apoio pedagógico que auxilie no processo de ensino aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais das escolas inclusivas. Que de fato possa atingir seu objetivo, sendo o aprendizado dos alunos.

Ao questionar as dificuldades encontradas no cotidiano escolar, principalmente, na aprendizagem dos alunos de uma das escolas da rede pública Municipal de Ensino de Porto Nacional, optou-se pela abordagem qualitativa e os instrumentos de construção dos dados foram à observação participante sobre as condições de ensino e aprendizagem, questionários aos professores do ensino regular e uma entrevista semiestruturada à professora da sala de recurso e à gestora da instituição de ensino.

Diante dessa situação, ressaltamos a importância do trabalho de todos os professores de uma escola inclusiva frente aos seus alunos, especialmente, aos que têm necessidades educacionais especiais. Nesse sentido, elegemos como problema de pesquisa investigar como tem sido realizado o atendimento educacional ofertado aos alunos com necessidade

educacionais especiais em uma escola pública do município de Porto Nacional – TO, envolvendo tanto o trabalho da sala regular de ensino quanto o da sala de recurso?

É essencial que os alunos com necessidades educacionais especiais desenvolvam seu processo de ensino e aprendizagem e junto com os demais colegas se apropriem dos conhecimentos fundamentais para construir sua vida no cotidiano.

Compreende-se que nos últimos anos as conquistas por uma educação inclusiva vêm possibilitando aperfeiçoamento e conseqüentemente aceitação de procedimentos que possam contribuir e garantir a essas pessoas as condições necessárias à sua participação como sujeitos sociais. Por confiar no bom funcionamento da sala de recurso que possa melhorar os relacionamentos com as professoras da sala regular.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Quando questionamos sobre a inclusão escolar, os assuntos educacionais e incluindo o ser humano como ser ativo e participativo, destaca-se a importância de conhecer e entender melhor os nossos alunos que estão inseridos neste contexto, pois a escola precisa colaborar atendendo às diversidades e proporcionando educação a todos se constituindo na concretização da escola inclusiva.

2.1 A Teoria Interacionista e a Aprendizagem

Ao discutirmos a inclusão no contexto escolar, precisamos apreender como o psicólogo russo Lev Vygotsky (1994) defende o processo de construção da aprendizagem. Para o autor, “o bom aprendizado é aquele que se adianta ao desenvolvimento” (Vygotsky, 1994, p. 112). Ele ressalta a aprendizagem se dá na interação social, isto é, ninguém aprende sozinho. Ela pode ser construída com a participação de um sujeito mais experiente, como por exemplo, os pais, os professores ou mesmo um colega.

Numa rede de relações, num jogo de interações em que diferentes papéis complementares são admitidos e atribuídos pelos e aos vários participantes. O que um indivíduo é em cada momento está ligado às interações que ele estabelece com outros sujeitos e através dessa troca, acontece a aprendizagem. E essa relação tem muita afinidade com o que Vigotsky constitui como educação no grupo.

Para apoiar a educação coletiva, Vigotsky reavive seus próprios estudos sobre o desenvolvimento da linguagem, onde ressalta a importância do meio social para o desenvolvimento dos processos superiores quando, pela colaboração, a criança assimila modos sociais de conduta os quais aplica a si mesma. Desta forma o desenvolvimento individual está ligado e dependente das formas coletivas de coparticipação.

Como a aprendizagem estimula o desenvolvimento a escola e a família tem seu papel essencial na construção do ser psicológico e racional. A instituição escolar precisa conduzir o ensino não para etapas intelectuais já alcançadas, mas sim para o desenvolvimento ainda não alcançado pelos alunos, e o papel principal do professor é ser o mediador e incentivador de novas conquistas.

A escola em parceria com a família e a comunidade tem um papel fundamental na concepção da inclusão, tornando-se um espaço no qual os alunos a partir da interação com o

professor estabeleçam o conhecimento de acordo com suas capacidades, expressando suas ideias livremente e participando ativamente das tarefas de ensino, desenvolvendo seu intelectual nas suas especificidades, nas suas diferenças.

2.2 Educação Inclusiva – (declaração de Salamanca, LDB 9394/96, diretrizes curriculares nacionais) PNE 2011-2020 legislação atual.

Os estudos apoiados na inclusão escolar vêm permeando as discussões na área educacional com a finalidade de compreender como se organizou o atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais, para tanto é preciso recorrer à história e, com ela aos principais personagens, movimentos, para as chamadas políticas de inclusão no âmbito escolar, entre eles, a Sala de Recursos, distinta como apoio à inclusão e foco dessa pesquisa. No entanto, cabe aqui uma breve retrospectiva histórica.

Conforme na história da educação, verifica-se que até o século XVIII, grande parte das noções a respeito da deficiência era basicamente ligada a espiritualidade e ciências ocultas, havendo pouca base científica para o desenvolvimento de noções realísticas, conforme os estudos de MAZZOTA 2005, p.16). A falta de conhecimento sobre as deficiências fazia com que essas pessoas fossem marginalizadas, ignoradas. A própria religião, ao afirmar ser o homem feito à “imagem e semelhança de Deus”, sendo assim um ser humano perfeito. Induzia à crença de que as pessoas com deficiência por não se ajustarem as pessoas perfeitas eram colocadas à margem da categoria humana.

Assim sendo, apenas quando em um determinado momento histórico no (século XIX) a sociedade ofereceu qualidades mais favoráveis, é que determinadas pessoas, leigos ou profissionais, com deficiência ou não, apontaram como líderes da sociedade em que viviam, para sensibilizar, organizar medidas para o atendimento a suas causas também com deficiências. Essas pessoas, como representantes dos interesses abriam ambientes na mais variadas áreas para o conhecimento.

Diante de vários estudos e avanços na educação o padrão da educação inclusiva foi melhorando, resultante do conceito de sociedade também inclusiva, os sistemas e instituições sociais são adaptados às necessidades de todas as pessoas, quando os indivíduos estão sujeitos a se adaptarem às exigências do sistema.

Diversos documentos legais, fundamentados nos princípios democráticos dos direitos sociais defendidos na Constituição Federal de 1988, preceituaram o processo de elaboração da

LDB 9394/96. Com efeito, a necessidade de instauração e consolidação de uma política de inclusão escolar vinha se constituindo como elemento de debates tanto em âmbito internacional quanto nacional.

Em 1994, em Salamanca, na Espanha, entre os dias 7 e 10 de junho, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais, reuniram-se em assembleia para reafirmar o compromisso com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e a urgência das providências a serem tomadas referentes à educação para crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais inseridos no sistema regular de ensino.

Nesta conferência, foram debatidos diversos princípios da educação inclusiva, entre eles: a) matricular todas as crianças em escolas regulares, a menos que existissem fortes razões para agir de outra forma; b) desenvolver projetos de demonstração e encorajamento e intercâmbios em países que possuíssem experiências de escolarização inclusiva; c) constituir mecanismos participativos e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação educacional para crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais, dentre outros.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 a LDB:

"1º- Haverá, quando necessários serviços de apoio especializado na escola regular para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. 2º- O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular 3º- A oferta de educação especial, dever constitucional do estado, tem como início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil." (Cap. V, art.58).

Portanto não basta apenas inserir o aluno com necessidades educacionais especiais é preciso que haja diversidade nos sistemas escolares e mudança na busca dessa consideração para que realmente seja atingido o objetivo proposto na LDB. Para tanto, os sistemas de ensino precisam equipar as instituições escolares e oferecer condições para que os professores e outros profissionais de educação possam favorecer o aprendizado aos alunos.

Entende-se por Educação Especial, para os efeitos da lei 9.394/96 a modalidade de Educação Escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com Necessidades Educativas Especiais.

A Plana Nacional Educação (2015 - 2025) tem como uma das metas: universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação na rede regular de ensino. Essa meta representa o resultado da luta em defesa dos direitos sociais que vem destacando a importância e premência da educação escolar das pessoas com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, por compreender que somente dessa forma as pessoas com esse tipo de necessidade poderão desenvolver-se plenamente como seres humanos e assim viverem como sujeitos sociais e participativos da sociedade brasileira.

Em relação à construção do Plano Municipal de Educação Palmas PME do Município de Palmas não participei, mas a respeito do PME do Município de Porto Nacional participei de algumas reuniões que teve início no dia vinte e nove de outubro de dois mil que treze, estavam presentes representantes de: Professores do Campo, Saúde, Pais, Secretaria da cultura, do Conselho Tutelar, Administrativo da rede Municipal de Ensino, da Associação Assistência ao Sistema Municipal de Ensino-TO (ASMET), Diretora Pedagógica, Coordenadora da Educação Especial, Coordenadora do Ensino Fundamental, Coordenadora de Educação Infantil, Supervisores. Elza Barros Pereira deu início a reunião pontuando objetivo do encontro era para constituição da comissão de elaboração do PME. Entre várias reuniões participei também da reunião que aconteceu na Escola Municipal Celso Alves Morão no dia dezesseis de abril de dois e quinze às dezenove horas. Este momento foi realizado para a construção das estratégias. No dia 11 de maio de 2015 aconteceu a correção e discussão para a finalização do Plano e enviar para a câmara para votação. Em junho houve a votação e foi aprovado pelos vereadores.

2.3 Propostas Curriculares do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na escola e educação inclusiva.

Plano Municipal Educação Porto Nacional – TO

Meta 10 – EDUCAÇÃO INCLUSIVA

(Meta 4 do PNE): Universalizar, em regime de colaboração com o Estado e a União, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Estratégias

10.1 - Assegurar em regime de colaboração com Estado e União a expansão de salas de recursos multifuncionais nas escolas urbanas e do campo conforme a demanda ao longo da vigência deste PME;

10.2 - Garantir em regime de colaboração com Estado e União no sistema municipal de ensino um sistema educacional inclusivo, cumprindo a legislação e normas vigentes no que se refere ao quantitativo de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

10.3 - Garantir em regime de colaboração com Estado e União o atendimento aos alunos, quanto à universalização do atendimento educacional especializado à demanda manifestada pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, contribuindo com a política de educação inclusiva durante a vigência deste PME;

10.4 - Assegurar formação continuada dos cursos de extensão do AEE (Atendimento Educacional Especializado), LIBRAS E BRAILLE para os profissionais da educação do sistema municipal de ensino, de forma sistematizada ao longo da vigência deste PME em regime de colaboração com Estado e União;

10.5 - Assegurar no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino por meio de parcerias com Estado e União, a identificação e a inserção nas práticas educativas aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

10.6 - Implantar um núcleo com profissionais na área da saúde para atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e/ou surperdotação para apoiar o trabalho dos professores da educação urbana e do campo, em regime de colaboração com a União e o Estado e em parcerias com instituições públicas e privadas a partir do primeiro ano até o quarto ano de vigência do PME;

10.7 - Assessorar, em regime de colaboração com a União e o Estado a oferta gradativa da disciplina de LIBRAS no currículo das escolas do Sistema Municipal Urbana e Campo, na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, assegurando 75 % (setenta e cinco por cento) do atendimento até o final da vigência deste PME;

10.8 - Apoiar e assessorar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento

e altas habilidades/superdotação, articulando os sistemas de ensino, a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;

10.9 - Desenvolver, em regime de colaboração com a União e Estado os programas suplementares que promovam:

- a) a adequação arquitetônica, a acessibilidade, a integração e a articulação dos ambientes físicos, que respeitem as identidades e especificidades da demanda nas instituições de ensino, públicas e conveniadas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
- b) a oferta de transporte acessível;
- c) a disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva;

10.10 - Garantir, equipes de profissionais da educação (professores do atendimento educacional especializado, tradutores e intérpretes de LIBRAS, guias-intérpretes para surdocegos, professores de LIBRAS, professores bilíngues, profissionais de apoio e professores auxiliares) para atender a demanda dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, nas escolas públicas do sistema municipal, até o final da vigência deste plano;

10.11 - Articular, em regime de colaboração com União, Estado e Entidades Filantrópicas o acesso e a permanência com sucesso dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados no ensino regular da educação básica e superior;

10.12 - Assegurar a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias e em regime de colaboração com a União e o Estado, com a finalidade de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a propiciar a atenção integral ao longo da vida, garantida em normas vigentes;

10.13 - Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de

aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

10.14 - Desenvolver, em regime de colaboração com o Estado e União, no terceiro ano de vigência deste PME, os indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

10.15 - Articular parcerias com as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas e conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo;

10.16 - Garantir, a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação para toda a Educação Básica, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituição especializada;

10.17 - Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da

rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar

mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007;

10.18 – Ampliar atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos, nas formas complementar e suplementar, a todas as estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede municipal de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

10.19 - Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada à exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promover a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

10.20 - Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola

e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

10.21- Firmar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino.

O atendimento educacional especializado deve ser oferecido em horários contra-turno das comuns, com outros objetivos, metas e procedimentos educacionais diferenciados conforme a necessidade que se recomenda a atender aos alunos. Os professores que atuam no atendimento educacional especializado, além da formação básica em Pedagogia, devem ter uma formação específica para atuar com os alunos com necessidades educacionais especiais e atende-los com a qualidade demandada.

3. OBJETIVO GERAL

Analisar o atendimento especializado ofertado tanto o trabalho do ensino regular quanto o da sala de recurso para favorecer a aprendizagem de três alunos com Déficit de Atenção e dificuldade de aprendizagem na escola Dr. Euvaldo Tomaz de Souza no município de Porto Nacional - TO.

3.1 Objetivos específicos

- ✓ Conhecer a legislação que rege a inclusão escolar e verificar se o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na escola Dr. Euvaldo Tomaz de Souza atende as regulamentações propostas na lei;
- ✓ Acompanhar o trabalho desenvolvido pela professora da sala de recurso;
- ✓ Analisar a legislação e documentos orientadores que regem a inclusão escolar nacionais, estaduais e municipais para fundamentar a análise da proposta desenvolvida da escola;
- ✓ Identificar a concepção de inclusão escolar das professoras e gestora participantes deste estudo;
- ✓ Identificar os pontos positivos e as dificuldades vivenciadas pelos profissionais de ensino participantes deste estudo;

4. METODOLOGIA

A metodologia utilizada será a pesquisa qualitativa desenvolvida na Escola Municipal Dr. Euvaldo Tomaz de Souza no município de Porto Nacional com três alunos, sendo um aluno do 2ª Ano. (Thiago: Hipótese de um diagnóstico de ADNPM DOW) e dois do 4º ano (Caio com Hipótese de um diagnóstico de Dificuldade Intelectual DI e Dificuldade na visão e o Marcos, dificuldade intelectual).

A pesquisa será realizada através de questionários, entrevista semiestruturada com a professora da sala de recurso, coordenadora, gestora e as mães dos alunos, em parceria com a professora da sala de recurso, família e equipe escolar.

4.1 Fundamentações Teórica da Metodologia

O trabalho de TCC requer uma pesquisa tendo como objetivo uma integração de análise profunda. O caminho metodológico investido para realizar a pesquisa desenvolvida onde o pesquisador irá proceder a sua investigação que desenvolvida através da pesquisa qualitativa.

A pesquisa qualitativa ocupa um reconhecimento entre várias possibilidades de se estudar os acontecimentos que envolvem os seres humanos. Apresente um vasto foco de interesse no qual são obtidos direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo.

Algumas Características Gerais da Abordagem Qualitativa

Seguindo os pensamentos de Dilthey e Flick e cols. (2000) apontam a primazia da compreensão como princípio do conhecimento, que prefere estudar relações complexas ao invés de explicá-las por meio do isolamento de variáveis. Uma segunda característica geral é a construção da realidade.

A pesquisa é percebida como um ato subjetivo de construção. Os autores afirmam que a descoberta e a construção de teorias são objetos de estudo desta abordagem. A pesquisa qualitativa é uma ciência baseada em textos, ou seja, a coleta de dados produz textos que nas diferentes técnicas analíticas são interpretados hermeneuticamente.

De acordo com as características dos autores (2000) faz-se a necessidade de conhecer a realidade dos alunos que irão participar da pesquisa, estudando o comportamento dos participantes, para dos subsídios aos resultados pesquisados.

É uma metodologia usada para ampliação e aprofundamento do estudo pesquisado. São decididas etapas para elaboração da pesquisa, como um roteiro que norteia a busca de informações.

A expressão “pesquisa qualitativa” assume diferentes significados no campo das ciências sociais. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação (MAAEN, 1979, p.520).

Conforma com a posição do Maaen (1979) O desenvolvimento de um estudo realizado pela pesquisa qualitativa parte de julgamento, uma hipótese, um estudo a ser analisado através da teoria e dados para entender os fatos ocorridos em todo o contexto. Em definição principal por meio de informações recolhidas. Sejam através de entrevistas com roteiros, com direcionamento de investigar o tema abortado na pesquisa. E entre outros instrumentos.

É fundamental valorizar todos os procedimentos qualitativos realizados na pesquisa, pois buscamos informações importantes para o desenvolvimento e uma aprendizagem significativa dos alunos.

4.2 Contexto da Pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida na Escola Municipal Dr. Euvaldo Tomaz de Souza. O nome dessa instituição é uma homenagem ao ilustre médico e ex-prefeito da cidade Dr. Euvaldo por ter prestado serviços de suma importância à comunidade portuense no período de (1983 - 1987).

Esta instituição escolar foi reconhecida pelo parecer nº 009/2002 do Conselho Municipal de Educação e pelo decreto executivo nº 106/2002 de 05 de julho de 2002 e da Lei **nº. 1441 de 16 de dezembro de 1994.**

Esta unidade escolar tem como foco a formação e aprendizagem do aluno e a organização do processo pedagógico como: o planejamento curricular e a valorização das experiências dos alunos.

O prédio escolar conta, atualmente, com cinco salas de aula, uma biblioteca, uma sala dos professores, dois banheiros, sendo um masculino e o outro, feminino, uma cozinha, um depósito para alimentos, uma sala de gestão, uma secretaria, uma sala de informática, uma sala de recurso. No entanto, esses espaços não estão ainda bem adequados ao atendimento escolar. A quadra coberta diferente dos espaços mencionados anteriormente possui boa qualidade.

Este ano, a escola foi beneficiada com a ampliação da sua estrutura física. Isto é, ganhou mais duas salas de aula, dois banheiros, uma cantina e uma secretaria. Esses espaços estão previstos para serem entregues ainda neste 2º semestre de 2015.

A Equipe Diretiva é constituída de: uma Gestora Educacional, uma Secretária, uma Coordenadora Pedagógica (Ensino Fundamental), uma Supervisora Educacional, uma Coordenadora Administrativa e um Coordenador Pedagógico - EJA. O corpo docente é formado por nove professores. Todos os docentes possuem graduação em Pedagogia ou na área da educação.

A Unidade Escolar atende aos alunos do ensino fundamental (1º ao 5º) no turno no diurno e alunos jovens e adultos no 2º Segmento que corresponde ao 6º ao 9º ano no noturno, na modalidade de EJA. Do total de alunos matriculados 17 (dezesete) deles são atendidos na Sala de recurso.

Com relação aos recursos pedagógicos, a escola conta com materiais e recursos pedagógicos adquiridos pelos Programas: FNDE/MEC (PDDE, Mais Educação, Sala multifuncional (AEE), Secretaria Municipal de Educação por meio da Prefeitura Municipal (SME)).

4.3 Participantes

Os participantes do estudo são professores do 1º ao 5º ano Ensino Fundamental e da professora sala de recurso, a Coordenadora Pedagógica que é também a pesquisadora e a gestora da escola, cujos dados de formação acadêmica e continuada e tempo de atuação e a turma que está atuando em 2015 e três alunos matriculados com necessidades educacionais especiais que frequentam o ensino regular e a sala de recurso, totalizando são 15 (quinze) os participantes deste estudo.

Os nomes dos participantes são fictícios para preservar a identidade de todos os envolvidos e estão organizados em ordem alfabética.

No quadro I abaixo, apresentamos os professores e a equipe diretiva que participaram deste estudo. Estes dados foram recolhidos dos questionários dos participantes. E os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais encontram-se no quadro II.

Quadro I: Professores e Equipe Diretiva

Participantes (a)	Formação acadêmica	Formação Continuada	Tempo de atuação	Ano que atua
Carla (Gestora)	Historia	Pós-graduação em gestão Educacional	2 anos	Gestão Educacional
Eliane (Professora)	Geografia e Pedagogia	Pós-graduação em gestão Ambiental	26 anos	5º Ano Único vesp)
Fabiane (Professora)	Pedagogia	_____	2 anos	3º Ano B (Vesp)
Francisca (Coordenadora Pedagógica)	Pedagogia	Pós-graduação em gestão Educacional	27 anos	Coordenação Pedagógica
Glaucia	Pedagogia	_____	12 anos	1º Ano C (Vesp)
Geovane	Normal Superior	Psicopedagogia	8 anos (APAE)	Sala de recurso (8 meses)
Helena	Normal superior	Pós-graduação em gestão Educacional	16 anos	3º Ano A (Mat)
Maria	Normal superior	Pós-graduação em gestão Educacional	27 anos	2º Ano A (Mat)
Natalia	Historia	_____	5 anos	2º Ano B (Vesp)
Priscila	Normal Superior	_____		1º Ano B (Mat)
Rayane	Normal Superior	Pós-graduação em Docência do Ensino superior		1º Ano A (Mat)
Ricardo	Historia	Logística	1 ano e 6 meses	4º Ano (Mat)

FONTE: (Informações retiradas da primeira parte do questionário. Da professora Priscila as informações do dossiê da secretaria da escola).

Quadro II: Nomes dos alunos participantes

Nome fictício	Deficiência apresentada	Idade	Ano que estuda	Professor	Diagnóstico médico
Caio ¹	Deficiência intelectual e DV	11 anos	4º Ano “A”	Ricardo	Sem laudo
Marcos	Deficiência intelectual	12 anos	4º Ano “A”	Maria	Laudo: Déficit auditivo e baixo rendimento escolar
Thiago ²	Hipótese de ADNPM	8 anos	2º Ano “A”	Maria	Sem laudo

FONTE: (Os dados foram retirados das pastas dos alunos do arquivo da Sala de Recurso)

4.4 Materiais

Na presente pesquisa foram utilizados os seguintes materiais:

- Caderno para anotações para as observações
- Autorização para a pesquisa
- Termo de consentimento
- Computador
- Internet
- Questionários
- Fotos

4.5 Instrumentos de Construção de Dados

Para coletar os dados obtidos, foram utilizados os seguintes instrumentos: observações na sala de recurso, especialmente, dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais com o acompanhamento da professora. As observações foram guiadas por um

¹ (Aluno Caio: em relação a DV relado da mãe e DI de acordo com relado da professora da sala de recurso e do professor regente, coordenadora, este aluno está tendo acompanhamento com psicóloga, iniciou este ano).

² (Aluno Thiago: Relado da mãe).

roteiro de observação que se encontra anexado ao final do trabalho buscando conhecer as estratégias pedagógicas utilizadas pela professora, relacionamento entre professora e alunos, satisfação dos alunos em realizar as tarefas e a atuação da professora. Além disso, foi observado o espaço proposto à sala de recurso, e o questionário³ para os professores do ensino regular, contendo oito perguntas discursivas e o da professora da sala de recurso com nove perguntas discursivas⁴ e quatro perguntas objetivas. Foi aplicado, ainda, um questionário à Gestora Educacional⁵, contendo seis perguntas discursivas.

4.6 Procedimentos de Construção de Dados

No planejamento coletivo que ocorre toda segunda-feira com os professores do Ensino Fundamental do 1º ao 5º Ano da Escola Municipal Dr. Euvaldo Tomaz de Souza. No dia quatorze de setembro dois mil e quinze Expliquei aos professores da importância em realizar a pesquisa na escola e ter a participação dos alunos que recebem o acompanhamento da sala de recurso e dos professores, gestora e coordenadora pedagógica como pesquisadora, convidei os professores para participarem do estudo de pesquisa da pós-graduação que estava realizando referente à aprendizagem dos alunos que frequentavam o atendimento na sala de recurso. Com autorização da gestora educacional e de posse de Termos de Consentimento Livre e Esclarecimento, entreguei os questionários aos participantes.

No dia quinze de setembro comuniquei à professora da sala de recurso sobre a necessidade de fazer observações durante o atendimento realizado com os alunos: Caio, Marcos e Thiago que participaram do estudo. Informações da pesquisa, entrega e devolução de questionários, as observações, conversa com as mães dos três alunos participantes. Foram realizados no período de quatorze setembro e trinta de outubro do corrente ano.

A observação na sala de recurso dos alunos Cai, Marcos e Thiago aconteceram duas vezes por semana com duração de 1(uma) hora cada uma, observações na sala regente, seis horas totalizando as observações as na sala recurso.

³ Apêndice A – Questionário Aplicado ao Professor.

⁴ Apêndice B – Questionário Aplicado ao Professor da Sala de Recursos

⁵ Apêndice C – Questionário Aplicado ao Gestor

4.7- Observações dos Atendimentos Realizados na Sala de Recurso

1) Aluno: Caio

Série: 4º ano Matutino

Hipótese de Deficiência intelectual e DV

Duração da observação: 2 h.

Data da observação: 29/10 e 03/11

Material utilizado: computador, folhas, quadro branco, pincel e calendário.

Conteúdo trabalhado: Alfabeto (jogos no computador)

A professora Geovane, acolheu o Caio. Em seguida, utilizou o calendário explorando o dia da semana, mês e o tempo. Apresentou o material a ser utilizado na aula, o computador e o quadro branco.

Após, a professora pediu para o aluno acessar, no computador, o jogo: alfabeto de sabão. Inicia o trabalho quando clica na letra, fala a palavra que corresponde à letra. Após finalizar o jogo digital com o alfabeto completo, a professora entregou uma folha e pediu ao aluno que prestasse a atenção e escrevesse o alfabeto completo e o nome correspondente das letras (estava o alfabeto, mas as palavras não estavam em ordem de acordo o computador).

O atendimento do aluno Cai foi realizado na sala de recurso da escola. O ambiente estava preparado para receber o aluno, apesar de a sala estar muito quente, pois não podia ligar o ventilador devido o barulho e o ar estava com defeito. A profa Geovane havia preparado antecipadamente os materiais que seriam utilizados pelo Caio: O computador estava no jogo, mas o quadro com o alfabeto e as palavras não estavam em ordem conforme do computador.

Conforme as observações da Coordenadora-Pesquisadora foram possíveis constatar que a professora manteve uma relação harmoniosa e atenciosa, demonstrando ter paciência e carinho como aluno Caio. Esse aluno assim que ligou o computador queria jogar logo e demonstrou motivado pela aula.

No computador, o Caio não teve muita dificuldade em realizar a tarefa, mas na folha foi preciso à professora falar várias vezes e ele não percebia que as palavras estavam trocadas. Após a professora solicitar ao Caio que tivesse atenção e procurasse a palavra conforme a ordem alfabética, pois Caio estava copiando desatento e foi preciso a professora falar várias vezes com ele sobre a realização da tarefa.

Verificou-se que o Caio reconhecia as letras do alfabeto, mas não tem o domínio da leitura, por outro lado, tivesse facilidade em manusear o computador, habilidades para desenhar e socializar com os colegas. Mas o demonstra distraído com as atividades escolares.

Percebe-se que o Caio é esquecido com as atividades escolares do dia a dia tem dificuldade em memorizar e concretizar no que faz.

2) Aluno: Marcos

Série: 4º ano Matutino

Deficiência intelectual

Duração da observação: 2 h.

Data da observação: 27 e 28/10

A professora Geovane acolheu aluno Marcos, utilizando o calendário perguntou o dia da semana, mês e o tempo. Apresentou o material a ser utilizado na aula, o computador e o quadro branco.

Em seguida, a professora pediu para o aluno colocar no computador o jogo: Alfabeto de sabão, conforme clicar na letra falar a palavra que corresponde, após finalizar o jogo, o alfabeto completo, a professora entregou uma folha e pediu para o aluno prestar a atenção e escrever o alfabeto completo e nome correspondente. (No quadro estava o alfabeto, mas as palavras não estavam em ordem de acordo no computador).

Análise: O atendimento foi realizado na sala de recurso da escola Dr. Euvaldo, o ambiente estava preparado para receber o aluno, apesar de que a sala estava muito quente, pois não podia ligar o ventilador devido o barulho e o ar estava com defeito.

De acordo com as observações da coordenadora-pesquisadora nota-se que a professora demonstrou domínio na explicação, orientou o aluno na realização das tarefas, havia preparado antecipadamente os materiais que seriam utilizados com o Marcelo.

A professora agiu corretamente tem um bom relacionamento com o aluno e com respeito, tem paciência em explicar, pois a professora tem que estar o tempo todo solicitando do aluno atenção e concentração nas resoluções das atividades, estimulando, buscando metodologia para que o aluno interesse mais pelos estudos e participar das aulas.

O aluno às vezes não demonstra interesse em aprender, tem dificuldade, não ler, tem facilidade na matemática, em cálculo mental e nos jogos pedagógicos A professora incentivou na realização das tarefas.

O aluno Thiago esteve ausente no mês de outubro na sala de recurso, devido à mãe não ter condição em levá-lo em outro período a escola. Devido o trabalho.

4.8 Relatos das mães dos alunos:

Mãe de Caio

A senhora Rosa Maria compareceu à escola no início do ano (março) conversei com a mãe de Caio, a Sra Rosa Maria. Por saber um pouco da história do Caio solicitei para a mãe levar o Caio a uma consulta com psicóloga. Ela conseguiu marcar a consulta para o mês de junho de 2015. No início de agosto, já no segundo semestre, Sra Rosa compareceu novamente à escola. Conversamos e perguntei como estava o tratamento de Caio com a psicóloga, a mãe não soube explicar e ficou de dar o retorno para a escola depois. Ligamos várias vezes para ela. Quando consegui, ela me disse que estava se recuperando de uma cirurgia e que iria comparecer à escola. Estamos aguardando o retorno da mãe e do diagnóstico da psicóloga. Até no momento não temos esse conhecimento.

Análise da coordenadora pesquisadora avaliando o atendimento é possível constatar que este ano não tivemos resultados satisfatórios, pois os alunos se apresentam bastante desmotivados ao realizar as tarefas. Não conseguiu finalizar as tarefas em sala Caio está sendo um “copista”. De forma lenta, não houve progresso satisfatório na aprendizagem dos alunos da minha turma. Por outro lado, Caio tenha um bom relacionamento com todos da escola. .

Sabemos que ausência dos pais na escola pode comprometer o bom andamento das atividades escolares. Diante desse contexto, temos que refletir na fala do autor Tiba (1996, p.178) “É dentro de casa, na socialização familiar, que um filho adquire, aprende e absorve a disciplina para, num futuro próximo, ter saúde social”.

Conforme as poucas conversas com a mãe do Caio, aconteceu algo não tão bom na infância do aluno que está comprometendo o bom aprendizado do Caio, é necessário à mãe tomar as devidas providências.

2) Mãe do Marcos, a Sra Edna

A senhora Edna é presente na escola, mas tem dificuldades de conseguir um encaminhamento de consulta para o Marcos. Explicamos a ela várias vezes o procedimento do SUS, ela recomeça o procedimento, mas não consegue leva-lo nas consultas no dia marcado. Não sabe como acompanhar o filho nas atividades escolares.

Análise: A coordenadora-pesquisadora conversou varias vezes a com a senhora Edina, mas os resultados não são satisfatórios.

Entende-se que alcançar a parceria família/escola é de suma importância, precisamos desse contato, pois é na família que primeiros aspectos que envolvam a situação do aprender; como o amor, o respeito ao próximo, a colaboração e a troca, e isso permite uma educação de qualidade possibilitando de maneira positiva o desenvolvimento do aluno, quanto ao processo e ensino aprendizagem, melhorando de maneira qualitativa e significativa sua situação escolar.

A família é uma instituição de suma autoridade para o desenvolvimento e formação do sujeito, conforme estabelece na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB (Lei 9.394/96) afirma:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LDB/1996. art. 2º).

A essencial que a família ensine os princípios aos filhos, valores, respeito, formação de caráter, de ética, de educar e preparar para os desafios da vida deve vir de casa é da família, para que escola e família possam contribuir no processo ensino e aprendizagem.

5. ANÁLISE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos dados e discussão dos resultados foi realizada a partir das respostas dos questionários dos oito professores regentes que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais, da gestora educacional e da professora da sala de recurso.

Foram distribuídos nove questionários aos professores regentes, mas apenas oito devolveram, pois a professora Priscila do 1º ano B entrou em licença médica e não pode devolver o instrumento. Dos questionários devolvidos, constatamos que a Professora Fabiane do 3º ano “B” respondeu apenas a primeira pergunta, justificou que não conseguiu responder as demais questões, pois é recém-chegada à escola. Informamos que todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordando com os procedimentos éticos da pesquisa.

Com base nos questionários, foi possível constatar que todos os professores participantes atendiam alunos com necessidades educacionais especiais, considerando que a escola possui 16 alunos nessas condições.

5.1 Como os professores do 1º ao 5º Ano consideram o apoio recebido da sala de recurso?

A partir dos questionários, questionamos os professores sobre a qualidade do apoio da sala de recurso. A seguir, podemos encontrar os depoimentos dos 7(sete) professores que responderam a essa pergunta. A professora Glaucia 1º Ano C disse que: *“Aluna frequenta a sala de recurso, mas não sabe como se dá o acompanhamento”* e Rayane do 1º Ano A considera: *“não ter”*. A professora Maria do 2º ano disse: *“A professora da sala de recurso não contribuiu em nada com o aprendizado dos alunos, acredito que a mesma não possui pratica pedagógica nessa área.”* A professora Natalia do 2º ano B *“Considera insatisfatório, pois o mesmo não acontece”*. A professora Helena do 3º ano disse: *“Bom, mas é necessário de mais horas no apoio no mesmo turno”*. O professor Ricardo do 4º ano *“Considera insuficiente, acho que poderia dar mais apoio”*. A professora Eliane do 5º Ano *“Considera muito bom”*.

Análise: A resposta da Profa Helena cabe uma reflexão maior, pois sabemos que o aluno matriculado na sala de recurso tem um horário contra turno, mas diante da realidade, da explicação e da necessidade do aluno, por ter resultados satisfatórios na sala de recursos é que a aprendizagem amplia. Entretanto, a família, não trazia contra turno e na aula de reforço,

pois o aluno mora longe da escola. Sendo assim, a coordenadora-pesquisadora concorda com a professora, pois acredito que a Helena, a professora, procura meios para que o aluno melhore na aprendizagem. Pois precisamos a todo o momento estarmos refletindo o que realmente faz com que o aprendizado tem um significado para nossos alunos. Segundo a teoria da subjetividade, de González Rey (1997, 2003, 2004, 2006):

Permite avançar nessa reflexão, e nela estão propostas categorias que ajudam na compreensão da pessoa em sua singularidade, no contexto das múltiplas experiências nos diferentes espaços de sua vida social. Isso nos permite adentrar de forma simultânea nos alunos, em seus contextos e em suas histórias, criando condições para que se realize um trabalho pedagógico que signifique avanços no desenvolvimento (p. 145).

A partir da citação, percebe-se que professora e coordenadora/pesquisadora buscam soluções visando encontrar caminhos e metodologia que conduz um melhor aprendizado do aluno.

5.2 Como professora da sala de recurso e a gestora educacional entendem a inclusão escolar?

Conforme o posicionamento da professora da sala de recurso Geovane que diz: *“É uma força renovada na escola, na sala de aula, que insere e ampara o aluno com necessidades especiais, oportunizando suas capacidades.”* Em relação à gestora educacional, Carla entende que: *“Sabemos que a legislação é explícita, quanto à obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, independente de suas necessidades ou diferenças. Por outro lado, é importante ressaltar que não é suficiente apenas esse acolhimento, mas que o aluno com necessidades educacionais especiais tenha condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades”*.

Análise: Diante das colocações da professora da sala de recurso Geovane e da gestora educacional, Carla entende-se que a inclusão escolar venho para melhorar e acolher os alunos na suas diferenças, mas não basta só aceitar e necessário oferecer um ensino de qualidade, desenvolvendo as habilidades dos alunos e superando as dificuldades. Conforme a Terezinha Odete Dallago Volkmann, afirma:

(...) acreditamos ser a sala de recursos uma opção viável e segura, capaz de dar aportes para o aluno superar as dificuldades. Dentre as modalidades da educação especial, acreditamos ser essa a menos segregadora, desde que seja realizado um trabalho competente por parte dos professores e da escola. (VOLKMANN, p.1999).

O texto ressalta que a inclusão escolar deve ser um ambiente acolher, seguro, que o professor possa aplicar metodologias, fazendo com que os alunos superem suas dificuldades e desenvolva habilidades indispensáveis para ultrapassar os impedimentos impostas pela deficiência através de atividades diferenciadas.

5.3- O sentido da aprendizagem dos alunos que são atendidos na sala de recurso, construído na sala regular na voz dos professores do ensino regular.

As professoras Rayane e Glaucia do 1º Ano A e C disseram que: “não” a professora Maria do 2º ano A, fala que: “Não, os meus dois alunos especiais um eu consegui (ensinar) alfabetiza-la, mas o outro não, ainda está atrasado”. A professora do 2º ano B Natalia diz que: “sim”. A professora Helena do 3º ano diz que: “bem pouco” o professor Ricardo do 4º ano diz: “Sim, houve melhoras na aprendizagem, bem como no comportamento em sala”. A professora Eliane do 5º Ano considera que “*sim*”.

Análise: Diante dos depoimentos dos professores regentes faz-se necessário rever como de fato a inclusão acontece na escola. Conforme as reuniões que são realizadas, e como Coordenadora Pedagógica/pesquisadora desta escola percebo a necessidade de haver intervenção nas relações das professoras da sala regular e da sala de recurso. E isso começou acontecer, pois no último conselho de classe no dia 20 de outubro ficou decidido que: Coordenação, professores regentes e professora da sala de recurso, irão conversar e decidir estratégias de para desenvolver um melhor aprendizado com os alunos que necessitam do AEE e como avaliar.

Pois é importante destacar que, para Vygotsky, as exigências devem vir acompanhadas de apoios adequados para que cada criança possa alcançar êxito em suas experiências.

De acordo com Vygotsky é necessário pensar em recursos, estratégias, intervenções que venham favorecer a aprendizagem do aluno e o professor como mediador do conhecimento juntamente com a equipe pedagógica faz-se necessário criar situações para o os alunos possam desenvolver seu intelectual.

5.4-Em relação à participação dos professores 1º ao 5º e da professora da sala de recurso, na área da educação inclusiva, os professores apontaram o seguinte:

A professora Glaucia do 1º Ano C disse que: “Somente na graduação” A professora Rayane disse que “não”. A professora Maria do 2º ano A, fala que: “já participou e vai fazer libras”. A professora do 2º ano B Natalia diz que: “não”. A professora Helena do 3º ano diz que: “participa em disciplina no PNAIC” o professor Ricardo do 4º ano diz: “Não, nunca participou de nenhum curso”. A professora Eliane do 5º Ano considera que “às vezes”.

Análise: Diante dos resultados, percebemos a necessidade de que os professores estudem mais sobre o tema da inclusão escolar, pois em todas as salas têm alunos com NEE. A participação do professor em formação continuada é fundamental para um bom desempenho em sala de aula e na escola, e estar preparado para receber os alunos na sua diversidade, para cumprir o papel social da escola.

Com relação à formação dos docentes tem a formação garantida Lei LDB Nº 9.394, de dezembro de 1996 Art. 62 (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

Sendo assim, compete aos professores desfrutar desde direito, transformando o foco da aprendizagem dos alunos, inovando suas praticas pedagógicas com estratégias criativas e inovadoras, e não apenas reprodutivas. Pois o professor é um elemento fundamental no processo educativo, sendo imprescindível estar modernizando, estudando para um bom desempenho profissional e definição do professor esperado.

5.5 – Opinião dos professores regentes do 1º ao 5º ano sobre aplicação à avaliação dos alunos com necessidades educativas especiais.

A professora Glaucia do 1º Ano C disse que: “*Avalia de acordo com o seu desempenho, (oral e escrito)*” A professora Rayane disse que: “*Aplica as mesmas avaliações da turma, só com olhar diferenciado para correção,*”. A professora Maria do 2º ano A, fala que: “*Continuada, e de acordo com suas potencialidades*”. A professora do 2º ano B Natalia diz que: “*Os alunos são avaliados diariamente e de acordo com suas necessidades especiais*”. A professora Helena do 3º ano diz que: “*Pelas habilidades de acordo com cada nível*” o professor Ricardo do 4º ano diz: “*Separando da turma no turno oposto da aula*”. A professora

Eliane do 5º Ano considera que *“As avaliações são realizadas de acordo com o nível do aluno”*.

Análise: Considerando as opiniões colocadas pelos professores nota-se que os professores avaliam de forma correta, pois, analisa as potencialidades e os avanços alcançados durante processo de aprendizagem, levando em consideração as particularidades dos alunos, respeitando os aspectos do desenvolvimento biológico e emocional. Em relação ao professor Ricardo, quando diz que separa os alunos com NEE da turma no turno oposto da aula, quer dizer que os alunos do 4º ano precisam de mais tempo para realizar os instrumentos avaliativos, pois a sala de aula tem 30 alunos e três alunos com NEE.

Conforme nas Propostas Curriculares do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na escola e educação inclusiva, do Plano Municipal Educação Porto Nacional – TO/2015 a 2020.

Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos educandos com deficiência.

Assim sendo, cabe ao Professor e equipe escolar verificar, avaliar através de sondagens, relatórios, observações e traçar metodologia pedagógica combinado com as necessidades do aluno e então verificar se o mesmo é capaz ou não a ser aprovado.

5.6 - Depoimento da profa Geovane, da sala de recurso, quanto participação no planejamento dos professores da sala regente. E como são estabelecidas as relações para discutiram sobre o aprendizado dos alunos com NEE, sobre responsabilidade de ambos.

A professora Geovane, da sala de recurso, argumenta que: *“Ainda não houve uma participação ativa no planejamento individual dos professores, apenas no planejamento coletivo. Acontece apenas trocas de experiências. Porém, considera esses momentos importantes, pois são nesses momentos que acontecem trocas de experiências, desabafos, conquista de novos desafios, estudos, isso tudo pensando na aprendizagem desses alunos que são tão especiais”*.

Quanto ao relacionamento a Geovane afirma que: *“É realizado através de diálogos, relatórios, visitas a sala de aula e sala de recurso e registros”*.

Análise: Para que a inclusão escolar aconteça de forma satisfatória, é necessário que tenha um planejamento que envolva as necessidades de cada aluno, para tanto, a comunicação

entre os professores regente com a profa da sala de recurso é indispensável para realização do planejamento, proporcionado as adaptações necessárias, com atividades que venham desenvolver as habilidades e recursos pedagógicos necessários para que o aluno seja incentivado a se expressar, inventar o conhecimento partindo de suas próprias experiências. Na escola Municipal Dr. Euvaldo estamos articulando para que de fato aconteça esse planejamento de correta. Pois de acordo o Artigo 59 da nova LDB Lei LDB Nº 9.394, de dezembro de 1996. Que afirma:

“dispõe sobre as garantias didáticas diferenciadas, como currículos, métodos, técnicas e recursos educativos; terminalidade específica para os alunos que não possam atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude da deficiência; especialização de professores em nível médio e superior e educação para o trabalho, além de acesso igualitário aos benefícios sociais”.

Este Artigo da LDB aprova que Secretaria municipal de ensino e escolas assegurarão para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica. Diante dessa situação, as medidas tomadas sejam as intervenções educacionais necessárias que permitem ao aluno melhorar sua situação e relacionamento na escola, para que possam obter sucesso nos processos de aprendizagem.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das Análises do atendimento especializado ofertado tanto o trabalho do ensino regular quanto o da sala de recurso para favorecer a aprendizagem de três alunos com Déficit de Atenção e dificuldade de aprendizagem na escola Dr. Euvaldo Tomaz de Souza no município de Porto Nacional-TO. Verificou-se que a inclusão escolar ainda precisa melhorar, temos ainda desafios, como: na comunicação da professora Geovane da sala de recurso com os professores regentes do 1º ano ao 5º ano, na participação do planejamento, no aprimoramento da capacitação profissional dos professores na área da inclusão e coordenadora pedagógica, professores e família. No próprio Sistema Educacional, na questão das salas cheias sem condições de trabalho, no caso do 4º ano.

A Secretaria Municipal de Educação de Porto Nacional ao possibilitar a inclusão escolar nas escolas com salas para o Atendimento Educacional Especializado-AEE de alunos com necessidades especiais deverá promover a organização dos professores especializados e oferecer capacitação aos professores regentes, podendo contribuir e oferecer serviços de apoio pedagógico, e ofertar uma estrutura física adequada na sala de recurso.

Embora o direito à educação de alunos com necessidades especiais, esteja garantido na Constituição Brasileira de 1988 na Lei LDB Nº 9.394, de dezembro de 1996, no Plano Municipal de Educação de Porto Nacional-TO, é essencial um acompanhamento, com orientação pedagógica do processo ensino- aprendizagem e dos resultados de seu trabalho, a não ser os de registro escolar exigidos pelas secretarias de Educação. O envolvimento das famílias no processo educativo contribui na inclusão, no processo educativo escolar, o que é bastante positivo na educação.

A realização da presente pesquisa na Escola Municipal Dr. Euvaldo Tomaz de Souza possibilitou uma reflexão que em ações no planejamento dos professores da sala de recurso, com os professores da sala regente e coordenadora-pesquisadora, equipe escolar e família.

Diante disso, acredita-se que a inclusão é um movimento extenso, levando em conta não apenas o aluno de necessidades educativas especiais, mas considerando também às diferenças individuais, direitos e deveres de cada cidadão.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB Nº 9.394, de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

GÜNTHER, H. **Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa**: Está é a questão. Revista: Psicologia Teoria e Pesquisa. Volume 22, n. 2, p.201 a 210. 2006 Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2>> Acesso em 07 de Novembro de 2015.

KELMAN. C.A. **Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar**. Editora UNB, Brasília 2010.

MAANEN. J, V. **Reclaiming qualitative methods for resarch: research:a preface In Administrative**, vol. 24, no. 4, December 1979a, pp. 520-526.

PORTO NACIONAL, Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação**. Porto Nacional, 2015

TACCA, M.C.V.R, REY. F, L, G. **Produção de Sentidos Subjetivo: As singularidades dos Alunos no Processo de Aprender**. Revista: Psicologia, Ciência e Profissão. p. 138 a 161. Brasília, 2008.

VOLKMANN. T. O. D. **Sala de recursos**: uma opção para a superação das dificuldades de aprendizagem. 46 f. Monografia (Curso de especialização em Educação Especial) UNOPAR, Paraná, 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA O PROFESSOR REGENTE QUE TEM ALUNO ACOMPANHAMENTO DA SALA DE RECURSO



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*
Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

Cursista: Francisca Hilderlene Gonçalves de Oliveira Macedo

Professora Orientadora: Norma Lucia Neris de Queiroz

Turma: 14 Polo: Porto Nacional

Questionário para o professor regente que tem aluno acompanhamento da sala de recurso

A inclusão escolar é uma possibilidade de aperfeiçoamento da educação para o melhoramento dos alunos com necessidades educativas especiais, que depende da disponibilidade das pessoas envolvidas para enfrentarem as novidades e as dificuldades ocorridas das necessidades desses alunos.

Este questionário colaborará para a monografia de finalização do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

A sua colaboração será importante para o processo de construção do conhecimento sobre inclusão escolar. Pois precisamos questionar alguns padrões para compreender a inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais em seu contexto escolar.

Desde já, agradeço a sua estimada ajuda.

Nome da escola: _____

Professora: _____

Formação acadêmica: _____

Tempo de atuação: _____

Série: _____ N° de alunos: _____

1) Na sua sala de aula tem quantos alunos que necessitam de um atendimento educacional especializado?

2) você recebe apoio pedagógico da professora da sala de recurso?

3) Como você considera esse apoio?

4) Você percebe melhorias na aprendizagem dos alunos que são atendidos na sala de recurso?

5) Como você considera a sala de recurso da sua escola?

6) Como é realizado a avaliação dos alunos com necessidades educacionais especiais?

7) A inclusão escolar é efetuada na sua escola?

8) você participa de curso na área da educação inclusiva?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AO PROFESSOR DA SALA DE RECURSOS

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*
Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão
Escolar.

Cursista: Francisca Hilderlene Gonçalves de Oliveira Macedo

Professora Orientadora: Norma Lucia Neris de Queiroz

Turma: 14 Polo: Porto Nacional

Questionário para a professora da sala de recursos

Nome da escola: _____

Professora: _____

Formação acadêmica: _____

Tempo de Serviço como professor: _____

Tempo de serviço da sala de recurso: _____

Idade : _____ Sexo: _____

As Salas de Recursos como programas especializados que visam a apoiar, complementar e suplementar o ensino regular. É uma das ações que vem apropriando mudanças significativas na organização da escola.

Este questionário colaborará para a monografia de finalização do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

A sua colaboração será importante para o processo de construção do conhecimento sobre inclusão escolar. Pois precisamos questionar alguns padrões para compreender a inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais em seu contexto escolar.

Desde já, agradeço a sua estimada ajuda.

1) O que você entende da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no Ensino Regular?

2) Como a sala de recurso pode amparar o aluno inserido no contexto escolar, na sala de aula?

3) Na Sala de Recursos onde atua quais os materiais pedagógicos? Cite os principais e quem os fornece.

4) Como são estabelecidas as relações entre você e o professor (a) da sala regular para discutirem sobre os alunos que estão sob a responsabilidade de ambos?

5) você participa do planejamento individual dos professores?

6) Você considera esses momentos importantes para a aprendizagem dos alunos?

7) Você incentiva e acompanha os alunos da sala de recurso a participar de eventos culturais? Como?

8) Como é o acompanhamento das famílias dos alunos com necessidades especiais em relação à aprendizagem?

9) Em sua opinião o que poderia ser modificado ou feito para melhorar o atendimento na Sala de Recurso?

10) Quando ao material disponível na sala de recurso?

- () A sala de recurso está preparada de todos os recursos necessários.
- () A sala não dispõe de todos os recursos necessários.
- () Aos poucos a sala está conseguindo os recursos pedagógicos necessários.

11) Com que frequência o aluno deve ir para a sala de recurso?

- () 2 vezes por semana.
- () 3 vezes por semana.
- () Dependerá da necessidade do aluno.

12) Participou de capacitação ou curso de treinamento para atuar na sala de recurso:

☐ Sim

☐ Não

13) Os cursos que você participa estão ligados a sua área de atuação?

☐ Sim ☐ Não

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO AO GESTOR



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*
Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

Cursista: Francisca Hilderlene Gonçalves de Oliveira Macedo

Professora Orientadora: Norma Lucia Neris de Queiroz

Turma: 14 Polo: Porto Nacional

Questionário para a Gestora Educacional

Nome da escola: _____

Gestora Educacional _____

Formação acadêmica: _____

Tempo de Serviço como professor: _____

Tempo de serviço na direção: _____

Idade: _____ Sexo: _____

As Salas de Recursos como Programas especializados visam apoiar, complementar e suplementar o ensino regular. É uma das ações que vem apropriando mudanças significativas na organização da escola.

Este questionário colaborará para a monografia de finalização do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

A sua colaboração será importante para o processo de construção do conhecimento sobre inclusão escolar, pois precisamos questionar alguns padrões para compreender a inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais no contexto escolar.

Desde já, agradeço a sua estimada ajuda.

1) O que você entende da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no Ensino Regular?

2) Como a sala de recurso pode amparar o aluno inserido no contexto escolar, na sala de aula?

3) Como você avalia o trabalho realizado pela professora da sala de recurso?

4) Em sua opinião o que poderia ser modificado ou feito para melhorar o atendimento na Sala de Recurso?

5) Como é a participação das famílias dos alunos com necessidades educacionais especiais, no contexto escolar?

6) Você percebe que o Atendimento Educacional Especializado está contribuindo para a inclusão escolar e social dos alunos no ensino regular? De que forma?

APÊNDICE D – FOTOS DA PESQUISA

Imagem 1 - Intervenção com a professora do 1º ano A.



Imagem 2: Observação na Sala de Recursos



Imagem 3: Observação na Sala de Recursos

